

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Afetados por tarifaço terão novo plano de socorro

Cerca de 18% do comércio bilateral será afetado, diz ministro

Da Redação

O governo federal anunciou nesta quinta-feira (16) que retomará o programa de apoio aos setores empresariais atingidos pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos (EUA). Ontem, o Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês) confirmou uma tarifa adicional de 25% em parte dos produtos brasileiros alegando supostas práticas “desleais” no comércio por parte do Brasil.

O governo brasileiro rejeita as justificativas usadas para a taxaço. As novas tarifas passam a valer a partir do dia 22 de julho.

“O governo, a partir de agora, tem como prioridade atender e apoiar esses setores por essa injusta, indevida e ilegal tarifação que nos foi imposta”, afirmou o ministro Márcio Elias Rosa, titular da pasta Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), durante coletiva

de imprensa, em Brasília, ao lado do vice-presidente Geraldo Alckmin e de outros ministros, incluindo Dario Durigan, da Fazenda.

Segundo Rosa, os exportadores mais atingidos desta vez são os setores de madeira, máquinas e equipamentos elétricos, móveis e mobiliários, produtos cerâmicos, calçados e açúcar. Eles deverão contar com linha de crédito para capital de giro, investimentos e com apoio para escoamento de produtos a outros clientes e países.

Estimativas da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), vinculada ao MDIC, apontam um total de 2,4 mil empresas nacionais diretamente atingidas pelo tarifaço, que respondem, juntas por cerca de 18% das exportações brasileiras com destino aos EUA, o que corresponde a transações estimadas de US\$ 7,4 bilhões, na comparação com números de 2024.

No ano passado, esses mesmos setores já haviam



reduzido para US\$ 5,5 bilhões o volume total de exportações aos norte-americanos. Mais da metade da pauta de exportações do Brasil aos EUA, como carnes, café, óleos e itens de aviação, foi poupada da taxaço por decisão norte-americana desta vez.

A participação dos EUA nas exportações brasileiras, que era de 12,1%, até o ano passado, caiu para 9,4% em 2026, e o governo continuará a fomentar uma política de diversificação de mercados para esses produtos, afirmou Márcio Elias Rosa.

O vice-presidente Geraldo Alckmin, ex-ministro do MDIC e um dos negociadores

brasileiros com os EUA, afirmou que, a partir de agora, o governo vai estudar formas de aplicar a Lei da Reciprocidade.

Aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional, a norma estabelece critérios para suspensão de concessões comerciais em resposta a ações, políticas ou práticas unilaterais de outro país que impacte negativamente a competitividade econômica do Brasil.

“Nós temos uma lei, a lei da reciprocidade, aprovada por unanimidade no Congresso Nacional, e o governo, no momento adequado, saberá como implementá-la”, disse Alckmin, que chamou o novo tarifaço de “injusto” e “descabido”.

O ministro da Fazenda classificou a decisão dos EUA com uma interferência externa indevida.

“É inadmissível, do ponto de vista do governo, ter essa interferência externa, seja ela política, econômica, seja ela uma forma qualquer para afugentar e constranger o Brasil, as famílias brasileiras, os empresários e os trabalhadores brasileiros”, disse Dario Durigan.

Segundo o ministro, todas as alegações dos EUA são falsas e não se sustentam em dados concretos. De acordo com Durigan, o tarifaço não afetará a estabilidade macroeconômica do país.

Plano de R\$ 130 mi para diversificar exportações

Da Redação

Após o tarifaço adicional dos Estados Unidos (EUA) contra parte das exportações do Brasil, a Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (ApexBrasil) anunciou um plano de R\$ 130 milhões, a ser lançado em agosto, para diversificar as vendas do Brasil no exterior e reduzir os impactos das tarifas estadunidenses.

Vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), a ApexBrasil informou que o plano será lançado em parceria com 57 setores econômicos do país, nas mais diversas áreas, que reúnem 2,4 mil empresas exportadoras.

“A expansão para outros mercados a gente já faz. O que

a gente vai trabalhar agora é a diversificação. É um novo olhar sobre novas oportunidades a partir de um novo cenário do comércio internacional”, explicou, nesta sexta-feira (17), o presidente da ApexBrasil, Laudemir Müller, em entrevista coletiva.

O chefe da agência estatal disse que as prioridades são o mercado da União Europeia, até pelo recente acordo com o Mercosul, além dos países que integram a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), como Indonésia, Malásia, Tailândia, Vietnã, entre outros, e que apresentam altas taxas de crescimento.

Países da Ásia Central, como Cazaquistão e Uzbequistão, também estão entre os possíveis novos mercados a serem explorados pelas em-



Medida foi anunciada após tarifaço adicional dos Estados Unidos

presas brasileiras afetadas pelo tarifaço dos EUA.

“São países de alto crescimento e desenvolvimento, eles têm procurado muito o Brasil para parcerias em in-

vestimento e estão crescendo a 7% ou 8% [do Produto Interno Bruto, PIB], com população jovem, e que demandam, inclusive, produtos que o Brasil tem”, disse.

Na quarta (15), o Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês) confirmou uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros alegando supostas práticas “desleais” no comércio por parte do Brasil.

O governo brasileiro rejeita as justificativas usadas para a taxaço, alegando que a medida tem motivação política e que Washington exigia abertura total de mercados sem contrapartida. As novas tarifas valem a partir do dia 22 de julho.

Os produtos afetados pelas tarifas anunciadas na quarta corresponderam, no ano passado, a US\$ 7,2 bilhões em exportações aos EUA. O valor total vendido ao país em 2025 somou US\$ 38 bilhões, segundo dados da ApexBrasil.

TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL